

**DESCAMINHOS DO SABER E A GÊNESE DA MODERNIDADE:
genocídios, epistemicídios desde o “Longo Século XVI”**

**THE MISDIRECTION OF KNOWLEDGE AND THE GENESIS OF
MODERNITY:
genocides, epistemicides since the “Long Sixteenth Century”**

Lenice Gonçalves da Silva¹
Mônica de Oliveira Ribeiro Couto²

RESUMO

O artigo analisa a gênese da modernidade sob a perspectiva decolonial, evidenciando como os genocídios e epistemicídios ocorridos desde o “longo século XVI” sustentaram a formação de uma hierarquia global de saberes e o estabelecimento de um sistema-mundo eurocentrado. Fundamentado nas contribuições teóricas de Ramón Grosfoguel, Walter D. Mignolo, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Milton Santos, discute-se a colonialidade do poder, do saber e do ser, bem como seus efeitos persistentes na produção do conhecimento geográfico e nas dinâmicas socioterritoriais contemporâneas. Argumenta-se que o projeto moderno, ao universalizar uma racionalidade eurocêntrica e hierarquizar culturas, instituiu um apartheid epistêmico que deslegitimou epistemologias indígenas, africanas e populares, relegando-as às margens do pensamento hegemônico. A modernidade, nesse contexto, é compreendida não apenas como um marco histórico de progresso técnico e científico, mas como um processo histórico de dominação, exclusão e silenciamento de outras racionalidades, espiritualidades e formas de existência. O estudo propõe, portanto, uma reorientação epistemológica que reconheça o caráter pluriversal do conhecimento e valorize os saberes do Sul Global como fundamento de uma ciência comprometida com a justiça cognitiva, o bem viver e a emancipação dos povos historicamente subalternizados. Defende-se que a Geografia crítica tem papel central na descolonização do pensamento, por promover uma leitura espacial capaz de articular saberes locais e globais e construir pontes entre epistemologias distintas. Ao enfatizar a importância de uma ecologia de saberes e de um pluriverso epistêmico, o artigo reafirma a necessidade de uma prática científica ética, plural e transformadora, orientada pela solidariedade, pelo diálogo intercultural e pelo reconhecimento da diversidade epistêmica como caminho para a superação das heranças coloniais e para a construção de uma modernidade mais justa, inclusiva e planetária.

Palavras-chave: Modernidade; Colonialidade do saber; Epistemicídio; Decolonialidade; Geografia crítica.

ABSTRACT

The article analyzes the genesis of modernity from a decolonial perspective, highlighting how the genocides and epistemicides that have occurred since the “long sixteenth century” sustained the formation of a global hierarchy of knowledge and the establishment of a Eurocentric world-

¹ Licenciada em Geografia. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas. lenice.goncalves@educacao.mg.gov.br

² Bacharel e Licenciada em Geografia. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas. monibeirocouto@gmail.com

system. Grounded in the theoretical contributions of Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo, Carlos Walter Porto-Gonçalves, and Milton Santos, it discusses the colonality of power, knowledge, and being, as well as their enduring effects on the production of geographical knowledge and on contemporary socio-territorial dynamics. It argues that the modern project, by universalizing a Eurocentric rationality and hierarchizing cultures, instituted an epistemic apartheid that delegitimized Indigenous, African, and popular epistemologies, relegating them to the margins of hegemonic thought. Modernity, in this context, is understood not only as a historical milestone of technical and scientific progress, but also as a historical process of domination, exclusion, and silencing of other rationalities, spiritualities, and forms of existence. The study therefore proposes an epistemological reorientation that recognizes the pluriversal character of knowledge and values the knowledge of the Global South as the foundation of a science committed to cognitive justice, *buen vivir* (well-being), and the emancipation of historically subalternized peoples. It argues that critical geography plays a central role in the decolonization of thought by promoting a spatial reading capable of articulating local and global knowledge and building bridges among distinct epistemologies. By emphasizing the importance of an ecology of knowledge and an epistemic pluriverse, the article reaffirms the need for an ethical, plural, and transformative scientific practice guided by solidarity, intercultural dialogue, and the recognition of epistemic diversity as a pathway toward overcoming colonial legacies and constructing a more just, inclusive, and planetary modernity.

Keywords: Modernity; Coloniality of knowledge; Epistemicide; Decoloniality; Critical geography.

INTRODUÇÃO

O exercício constante da reflexão geográfica sobre a relação da sociedade com o espaço e o tempo que se traduz na construção de saberes sobre a natureza está associado a uma relação harmoniosa entre tudo o que é produzido com a participação humana e aquilo que se produz sem essa intervenção. Conforme Mauro Guimarães (2000), educando e educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria e prática, é práxis, abrindo espaço para a comunidade com seus saberes e valores.

Desse modo, para garantir uma formação crítica dos sujeitos em espaços formais e informais de educação, a Geografia deve integrar, em seus discursos e práticas, a multiplicidade de saberes que envolvem a convivência, a sociodiversidade e o contexto sociocultural das diferentes populações, superando o colonialismo, xenofobia e outras ideologias, que permearam sua presença tanto na área educacional, quanto nas práticas de campo, nas metodologias qualitativas e também nas metodologias quantitativas, amplamente presentes nas universidades do Sul Global.

Nesse sentido, as perspectivas críticas formuladas por Ramón Grosfoguel (2011), que localizam no “longo século XVI” o início de uma profunda hierarquização epistêmica global,

encontram ressonância direta nas contribuições de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006; 2019) e Milton Santos (2009) no século XX e Walter Damián Mignolo (2006; 2020) no século XXI. Grosfoguel (2011) denuncia a constituição de um apartheid epistêmico em que o saber ocidental — branco, masculino e eurocentrado — foi imposto como único e universal, silenciando as epistemologias indígenas, africanas e populares. Essa crítica à colonialidade do saber é expandida por Porto-Gonçalves (2006; 2019), que propõe uma reorientação da geografia e das ciências em geral a partir dos saberes enraizados nos territórios do Sul Global.

A modernidade, enquanto projeto civilizatório que emergiu no “longo século XVI”, consolidou um modelo de poder que articulou colonialismo, capitalismo, racismo e patriarcado em uma única estrutura global. Essa gênese moderna não apenas instituiu novas formas de dominação política e econômica, mas também operou um verdadeiro genocídio e epistemicídio eliminando corpos e saberes em nome do progresso. Como afirma Grosfoguel (2011), o nascimento da modernidade está intrinsecamente ligado à destruição das epistemologias não europeias que foram inferiorizadas, silenciadas ou apagadas do registro histórico. Dessa forma, compreender a modernidade exige também compreender seus “descaminhos do saber” as violências que tornaram possível a hegemonia do pensamento ocidental.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a gênese da modernidade e a colonialidade do saber, dialogando com autores do giro decolonial que têm buscado reverter os processos de exclusão epistêmica. Busca-se evidenciar como a produção de conhecimento geográfico historicamente ancorada em paradigmas eurocêntricos pode ser revisitada e ressignificada à luz das epistemologias do Sul Global. O objetivo é contribuir para a construção de uma ciência geográfica plural, ética e comprometida com a valorização das experiências, memórias e saberes de povos historicamente subalternizados, apontando caminhos para uma verdadeira descolonização do pensamento e das práticas acadêmicas

Ao valorizar a ecologia de saberes e os territórios de resistência como lugares legítimos de produção de conhecimento, o autor desafia o monopólio eurocêntrico das universidades contemporâneas, em uma proposta de “Sulear” nossas discussões acadêmicas.

Embora tenha iniciado sua trajetória muito próxima da geografia tradicional francesa, Milton Santos, ao pensar as relações sociais expressas na paisagem, afirma:

Até que ponto a nossa descrição de um fenômeno deixa de ser uma interpretação para tornar-se uma reprodução fotográfica? [...] O objeto de nosso estudo, portanto, mudou. Manter a mesma metodologia significa expor-se a um trabalho de Sísifo, quando não a um genocídio”. (Santos, 2009, p.73)

Ao afirmar “Até que ponto a nossa descrição de um fenômeno deixa de ser uma interpretação para tornar-se uma reprodução fotográfica?”, Milton Santos (2009, p. 73) questiona a tendência de tratar os fenômenos sociais com excessiva objetividade, como se fosse possível capturá-los de forma neutra e estática, ignorando suas dinâmicas e contradições. Essa crítica aponta para a necessidade de reconhecer que toda descrição carrega uma carga interpretativa e que a pretensa neutralidade pode obscurecer aspectos fundamentais da realidade. Quando ele afirma que “o objeto de nosso estudo, portanto, mudou” (2009, p. 73), está indicando que as transformações sociais, espaciais e políticas exigem uma revisão dos métodos científicos, pois o mundo não é mais o mesmo e, portanto, não pode ser analisado com os mesmos instrumentos. Por fim, ao dizer que “manter a mesma metodologia significa expor-se a um trabalho de Sísifo, quando não a um genocídio”, Milton Santos utiliza metáforas poderosas para alertar que insistir em métodos ultrapassados é não apenas inútil — como o esforço eterno e infrutífero de Sísifo — mas também perigoso, pois pode levar à invisibilização ou à negação das realidades vividas por populações marginalizadas, o que ele denuncia como uma forma de violência epistemológica.

Na concepção de Mignolo (2020) representante dos pensadores do giro decolonial, o foco central de seus estudos está na crítica à colonialidade do saber, isto é, à forma como o projeto colonial europeu impôs seus modos de conhecer como universais, deslegitimando e silenciando outras epistemologias — indígenas, africanas, andinas, asiáticas e populares. O autor diz ainda que a modernidade ocidental não pode ser compreendida sem sua face oculta: a colonialidade, que persiste nas estruturas de poder e nos sistemas de produção do conhecimento. A partir disso, ele propõe a noção de “desobediência epistêmica”, um gesto político e intelectual de ruptura com os monopólios eurocentrados do saber, abrindo espaço para a valorização de epistemologias situadas e plurais, enraizadas em experiências históricas e territórios diversos.

Mignolo (2020) também destaca a importância do *locus* de enunciação (lugar de fala), argumentando que todo conhecimento é produzido a partir de uma posição geopolítica e cultural, sendo fundamental reconhecer quem fala, de onde fala e a serviço de que ou de quem se fala; assim, o autor defende a construção de um pluriverso epistêmico, no qual múltiplas racionalidades coexistam em diálogo, desafiando o ideal de um saber único, neutro e universal.

Dessa forma, as reflexões de Ramón Grosfoguel (2011), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006; 2019), Milton Santos (2009) e Walter D. Mignolo (2009; 2020) convergem ao denunciar a centralidade do saber eurocentrado na produção do conhecimento moderno, apontando para a urgência de reconfigurar os marcos epistemológicos que ainda sustentam desigualdades

cognitivas, políticas e territoriais. Em comum, os quatro autores evidenciam que o conhecimento não é neutro nem universal, mas atravessado por relações de poder que excluem e subalternizam outras formas de pensar e existir. Suas contribuições oferecem bases teóricas e éticas para um reposicionamento epistêmico comprometido com a valorização de saberes historicamente marginalizados, com a justiça cognitiva e com a construção de um projeto científico plural e situado. Ao romper com os paradigmas coloniais do saber, essas perspectivas não apenas ampliam o horizonte teórico das ciências humanas, como também fortalecem práticas educativas, geográficas e acadêmicas mais sensíveis à diversidade de experiências, territórios e vozes do Sul Global.

2 COLONIALIDADE EPISTÊMICA E OS SABERES NEGADOS DO SUL GLOBAL

É nos interstícios do mundo moderno que pulsa o inédito. É nas margens que emergem as alternativas (Porto-Gonçalves, 2006, p. 211).

A colonialidade do saber, do ser e do poder manifesta-se, portanto, como um dispositivo que naturaliza a inferiorização dos povos do Sul Global, negando a validade de suas formas de conhecimento, suas espiritualidades e suas práticas territoriais. Assim, uma discussão fundamental sobre a estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas, proposta por Grosfoguel (2011), que chama atenção para o racismo e o sexismo epistêmicos presentes desde o século XVI, justifica a análise que aqui se propõe.

Segundo o autor, a consolidação de uma cosmovisão eurocêntrica produziu o que ele denomina de "apartheid epistêmico", ou seja, a exclusão e desvalorização sistemática dos saberes não europeus, especialmente aqueles oriundos do Sul Global. A imposição de um pensamento ocidental universal apagou a pluralidade de perspectivas, reduzindo a diversidade epistêmica a um modelo homogêneo e hierarquizante. Diante disso, Grosfoguel propõe a construção de um pensamento transmoderno que reconheça e valorize os múltiplos sistemas de conhecimento historicamente marginalizados, superando a lógica colonial que ainda estrutura as universidades contemporâneas.

A universidade, ainda que fundamentada nas bases científicas modernas, atua de forma contraditória ao reproduzir e sustentar o pensamento patriarcal e eurocentrado das potências ocidentais. A imposição do conhecimento hegemônico é reforçada por organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), que institucionalizam epistemologias produzidas majoritariamente por países

como França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália. Como destaca Grosfoguel (2011), trata-se de um etnocentrismo epistemológico que, ao partir de coordenadas espaço-temporais europeias, constrói um saber universal que marginaliza e inferioriza os saberes do Sul Global, resultando em racismo e sexismo epistêmico.

O diálogo entre Porto-Gonçalves (2006) e Boa Ventura de Sousa Santos (2010) permite compreender que a produção do conhecimento nunca é pensada de forma neutra, sem um viés de dominação. Porto-Gonçalves (2006) demonstra como a geografia, enquanto ciência moderna, constituiu-se historicamente como instrumento de dominação, revelando que toda forma de conhecer o território está inevitavelmente situada em contextos geopolíticos específicos e serve a projetos de poder claramente identificados. A crítica encontra ressonância na epistemologia do Sul elaborada por Santos (2010), que denuncia a destruição sistemática de saberes subalternizados – perpetrado pela ciência ocidental que, ao reivindicar para si o estatuto de conhecimento universal e objetivo, esconde suas raízes coloniais e suas funções de colonização. Os autores concordam, portanto, com a desconstrução da neutralidade científica, afirmando que todo saber carrega as marcas de suas condições de produção e se entrelaça com as relações de poder que configuram o mundo.

O estudo crítico de Milton Santos (2009) sobre a formatação hegemônica e excludente do conhecimento imposto ao Sul Global articula-se a partir de três grandes eixos históricos de violência epistêmica: a invasão de Al-Andalus, a escravização dos povos africanos e a perseguição às mulheres na Europa acusadas de bruxaria. Essas três experiências, conforme o autor, representam o sequestro, a destruição e a deslegitimação de formas plurais de conhecimento.

Em Al-Andalus, a queima das bibliotecas islâmicas apagou séculos de produção intelectual e científica árabe, convertendo conhecimento em cinzas. Ao mesmo tempo, a escravização de africanos significou não apenas a exploração de corpos, mas também o epistemicídio de culturas inteiras.

Já a demonização das mulheres europeias, sobretudo aquelas que preservavam e transmitiam saberes populares e indo-europeus (como parteiras, curandeiras e místicas), transformou-as em chamas vivas, como diz Grosfoguel (2011), referindo-se às suas execuções nas fogueiras inquisitoriais. Segundo ele, essas três dimensões compõem os pilares da colonialidade do saber, do ser e do poder. Nesse sentido, o pensamento crítico moderno deve caminhar rumo a uma ecologia de saberes, como propõe Boaventura de Sousa Santos (2010) e

a uma pluriversalidade que reconheça e valorize os saberes historicamente silenciados e subalternizados.

Para compreender a proposta de transmodernidade formulada por Grosfoguel (2011), é indispensável realizar uma análise profunda das estruturas históricas que sustentam o racismo e o sexismo no mundo contemporâneo. Isso exige, como afirma o autor, um mergulho nos "túneis escuros" de vários séculos, marcados pela colonização, escravidão, epistemicídio e patriarcalismo.

A transmodernidade não é apenas uma crítica à modernidade eurocêntrica, mas a abertura para um projeto civilizatório alternativo, que reconheça e valorize os saberes, experiências e espiritualidades historicamente silenciados. A imposição da cultura europeia sobre outros povos não se deu apenas pelo controle político e econômico, mas também pelo domínio epistemológico, isto é, pela desqualificação sistemática das cosmovisões indígenas, africanas, orientais e populares.

Para Grosfoguel (2011), é fundamental romper com essa lógica monocultural e construir um horizonte de pluriversalidade, em que múltiplas formas de saber e ser possam coexistir em condições de dignidade e reconhecimento. Essa análise crítica do pensamento moderno inclui a filosofia cartesiana de René Descartes (1989), cuja célebre máxima "*Penso, logo existo*" inaugura um novo paradigma na estruturação do conhecimento ocidental.

Ao deslocar o fundamento do saber de Deus para o Eu, Descartes (1989) rompe com os pressupostos teológicos que sustentavam a ordem medieval e inaugura um projeto racionalista moderno, baseado na centralidade do sujeito cognoscente. Sua filosofia se apoia em duas argumentações principais: uma ontológica, marcada pelo dualismo mente-corpo, e outra epistemológica, centrada no solipsismo metodológico, segundo o qual todo conhecimento deve partir da dúvida radical e da certeza do pensamento individual. Essa forma de pensar inaugura o que autores decoloniais como Grosfoguel (2011) e Mignolo (2009) chamam de "ponto zero" epistemológico um ponto de vista que se pretende neutro, universal e sem localização histórica ou geopolítica. No entanto, esse suposto ponto neutro é, na verdade, um lugar de enunciação eurocêntrico, masculino e branco, que desconsidera outras formas de saber e exclui epistemologias não ocidentais.

Nesse sentido, a filosofia cartesiana contribui diretamente para a formação de um modelo ocidentalizado de conhecimento que ainda estrutura grande parte das instituições acadêmicas contemporâneas. A geografia, enquanto ciência crítica, pode e deve incorporar

esses aportes, deixando de lado uma visão tecnocrática do espaço para abraçar uma abordagem ética, plural e comprometida com a vida.

É nesse contexto que Porto-Gonçalves (2019) se destaca como uma importante voz para o pensamento crítico, ao propor uma releitura da geografia que rompe com os paradigmas dominantes fundados na razão típica da modernidade ocidental. O autor abre espaço para uma ciência mais comprometida com os saberes dos povos. Para ele, a geografia, enquanto ciência dedicada à compreensão das relações entre sociedade e natureza, deve superar sua tradição tecnocrática e reconhecer os territórios de resistência como espaços legítimos de produção de conhecimento.

Esses territórios habitados por povos indígenas, quilombolas, camponeses e comunidades tradicionais não apenas expressam formas alternativas de habitar o espaço, mas também produzem saberes enraizados na vivência, na ancestralidade e na luta por dignidade. Ao discutir o conceito de território, Porto-Gonçalves (2019) reconhece que esses saberes são fundamentais para construir uma geografia crítica, ética e comprometida com um processo educacional descolonizado. A crítica ao pensamento moderno, portanto, não deve ser entendida como um retrocesso ou uma negação da ciência, mas como um convite à pluralização dos saberes e ao reconhecimento da dignidade epistêmica dos povos historicamente subalternizados.

Assim, o pensamento transmoderno, conforme proposto por Grosfoguel (2011), que visa à construção de um novo horizonte civilizatório, onde a dignidade epistêmica seja um direito de todos os povos do Sul Global. Como nos diz Porto-Gonçalves:

Mais do que um conceito da ciência moderna, território é um conceito das lutas sociais. É nos territórios que os povos vêm produzindo suas formas de resistir e existir, e é ali também que se produzem saberes que não cabem na racionalidade hegemônica (Porto-Gonçalves, 2006, p. 178).

A crítica à tecnocracia também aparece quando o autor discute a forma como a natureza foi transformada em recurso pela modernidade colonial. Em oposição, propõe escutar os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Assim, um projeto étnico e decolonial conecta-se com os três grandes eixos históricos de violência epistêmica: a invasão de Al-Andalus, a escravização dos povos africanos e a perseguição às mulheres na Europa acusadas de bruxaria.

A analogia de um saber universitário que se liberta das algemas de um espaço absoluto remete à necessidade de superar visões rígidas e eurocêntricas do conhecimento. Em vez disso,

propõe-se a construção de um saber plural, que reconheça o direito e o respeito à diversidade epistêmica dos povos.

A afirmativa de Mignolo (2020), “a gnose liminar e essa dupla crítica são condições necessárias para ‘um outro pensamento que não é mais concebível na dialética de Hegel, mas localizado na fronteira da colonialidade do poder no sistema mundial moderno’” (p. 102) corrobora com as ideias de Porto-Gonçalves (2006), pois busca romper com os paradigmas filosóficos ocidentais, como a dialética hegeliana, e pensar a partir das fronteiras epistemológicas — os limiares onde se encontram os saberes silenciados pela colonialidade.

Em continuidade à crítica feita à tecnocracia e à redução da natureza a mero recurso, a escuta atenta aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos torna-se fundamental para a construção de um projeto étnico e decolonial. O pensamento liminar, como propõe Mignolo (2020), emerge dessas bordas do sistema-mundo moderno/colonial e desafia o monopólio eurocêntrico da produção de conhecimento. Trata-se de uma forma de desobediência epistêmica que recusa a suposta neutralidade da ciência ocidental e reivindica a legitimidade de saberes situados, ancestrais e populares.

Como explica Mignolo (2020), “o pensamento liminar nasce da exterioridade produzida pela modernidade/colonialidade, um lugar de fronteira onde o conhecer se articula com a ferida colonial” (p. 98). Nessa fronteira epistemológica, o autor identifica a possibilidade de um pensamento “de outro modo”, capaz de habitar simultaneamente a modernidade e sua negação, operando desde as margens, mas recusando o lugar de subalternidade. O pensamento liminar não é apenas um discurso alternativo, mas um gesto de re-existência: ele desmonta o monopólio da racionalidade ocidental ao reinscrever o corpo, o território e a memória como lugares de enunciação válidos.

Ao compreender o conhecimento como prática situada e corporal, Mignolo (2020) aproxima-se das cosmologias ameríndias e africanas que não separam o humano do mundo natural, mas reconhecem a copresença e a interdependência entre todos os seres. Assim, a desobediência epistêmica proposta por ele é também uma desobediência ontológica, pois implica romper com a cisão moderna entre sujeito e objeto, sociedade e natureza. Essa ruptura é fundamental para descolonizar o próprio ato de conhecer e abrir espaço a uma ética do cuidado e da coexistência, na qual o saber não se exerce como dominação, mas como reciprocidade.

Nessa perspectiva, o pensamento liminar se torna um caminho para reimaginar a universidade como território de encontros, onde o diálogo entre saberes diversos — científicos, ancestrais e comunitários — não busque homogeneizar as diferenças, mas acolher a pluralidade

de mundos possíveis. Trata-se, portanto, de uma virada ética e epistêmica que reconhece a fronteira não como limite, mas como espaço fecundo de criação, onde se torna possível pensar a vida, o território e o conhecimento para além das categorias impostas pela modernidade ocidental.

Assim, romper com as “algemas de um espaço absoluto” não é apenas uma crítica conceitual, mas um gesto ético, político e epistemológico que exige da universidade a superação de sua função colonial e a abertura para um diálogo genuinamente intercultural, no qual a diversidade epistêmica dos povos seja reconhecida, respeitada e valorizada como condição para um conhecimento verdadeiramente emancipador.

Diante disso, é direito de todos os povos ver seus saberes reconhecidos e valorizados. Romper com o eurocentrismo, o racismo e o sexismo epistêmico não é apenas uma tarefa intelectual: é uma exigência ética e política fundamental para que possamos habitar o planeta de forma mais justa. Nesse sentido, a universidade precisa deixar de ser um espaço de reprodução de uma epistemologia única e tornar-se um território de encontros, onde saberes diversos ancestrais, indígenas, afro, populares dialoguem com o saber científico tradicional. Só assim será possível construir um conhecimento verdadeiramente emancipador, comprometido com a transformação social e com a identidade de todos os povos.

A colonialidade, conforme amplia Mignolo (2020), não se restringe ao campo do conhecimento, mas se estende à própria forma como a modernidade ocidental rompeu a unidade entre sociedade e natureza. Essa cisão, herdeira do pensamento cartesiano e do dualismo moderno, instaurou uma ontologia que separa o humano do não humano, o sujeito do objeto, a cultura da natureza. Tal ruptura fundamento da racionalidade moderna legitimou tanto a exploração colonial de povos quanto a apropriação predatória dos territórios. Ao transformar a natureza em recurso e o mundo em mercadoria, a modernidade impôs uma lógica extrativista que desconsidera os vínculos de interdependência que sustentam a vida.

Para Mignolo (2020), superar a colonialidade exige, portanto, uma “desobediência ontológica”, capaz de restabelecer a relação entre saber e vida, entre conhecimento e cuidado. Essa reorientação ética e epistêmica implica reconhecer as cosmologias ameríndias, africanas e andinas que pensam o território não como propriedade, mas como espaço de convivência e reciprocidade, onde natureza e sociedade se entrelaçam num mesmo tecido existencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que, no Brasil e no mundo, cresce a busca pelo reconhecimento, valorização e inserção de saberes historicamente subalternizados, essenciais para compreender o mundo em toda a sua complexidade e diversidade de singularidades. Esses saberes, muitas vezes marginalizados pelas estruturas acadêmicas dominadas por paradigmas eurocentrados, carregam modos próprios de interpretar, viver e transformar a realidade, oferecendo respostas inovadoras para desafios sociais, ambientais e culturais.

Na educação formal de nível superior, particularmente nas Ciências Humanas, diversos estudiosos têm questionado a hegemonia de epistemologias ocidentais e apontado caminhos para integrar perspectivas indígenas, afro-diaspóricas, camponesas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais. Essa integração não é apenas um ato de reparação histórica, mas também uma oportunidade de ampliar o horizonte crítico e a capacidade de pensar soluções a partir de contextos e necessidades locais.

No campo da Geografia, sobretudo com os pensadores da geografia crítica como Milton Santos, David Harvey e Doreen Massey e, posteriormente, com a geografia humanista — representada por autores como Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer, consolidou-se uma virada epistemológica que abre espaço para vozes do Sul Global. Essas correntes evidenciam que a produção de conhecimento não é neutra: reflete relações de poder e, por isso, reconhecer os saberes subalternos significa também enfrentar séculos de silenciamento e exclusão. Pesquisas, mapas, narrativas e metodologias que partem dessas perspectivas revelam realidades invisibilizadas, permitindo que comunidades historicamente oprimidas sejam não apenas objeto, mas também sujeitos produtores de conhecimento, participando ativamente das discussões sobre território, identidade e justiça social.

Ao refletir sobre os genocídios e epistemicídios que marcaram o “longo século XVI”, compreende-se que a tarefa de descolonizar o saber é também um ato de resistência e reconstrução. Trata-se de restituir dignidade epistêmica aos povos cujos modos de conhecer foram negados e apagados, reconhecendo que não existe um único caminho para a verdade, mas uma multiplicidade de mundos possíveis um pluriverso. A proposta de transmodernidade de Grosfoguel (2011) e Mignolo (2020) é, nesse sentido, um chamado ético para construir pontes entre saberes, rompendo com a arrogância universalista da modernidade e abrindo espaço para diálogos interculturais verdadeiramente horizontais.

A superação da colonialidade do saber exige uma transformação profunda das instituições acadêmicas e das práticas de pesquisa. É preciso que a universidade se reconheça como território de disputa e de reexistência, onde os conhecimentos tradicionais, populares e comunitários não sejam apenas tolerados, mas valorizados como fundamentos legítimos de compreensão da realidade. Assim, pensar a geografia e as ciências humanas sob o prisma da decolonialidade é um compromisso político com a justiça cognitiva, com a pluralidade epistemológica e com a reconstrução de um mundo em que todos os povos possam existir, conhecer e narrar a partir de seus próprios horizontes.

Em síntese, descolonizar o saber é descolonizar o próprio modo de estar no mundo. É um convite a repensar a modernidade e suas promessas, reconhecendo que o futuro não será construído pela universalização de um pensamento único, mas pela coexistência de muitas racionalidades, muitas vozes e muitos mundos. A geografia, como ciência do espaço e da vida tem, diante de si, a tarefa de contribuir para essa transformação — não apenas mapeando territórios, mas reconhecendo e escutando as epistemologias que neles florescem, resistem e reexistem.

Assim, reconhecer e incorporar os saberes subalternizados não é apenas um compromisso ético, mas um imperativo epistemológico para a construção de um conhecimento mais plural, justo e conectado às realidades concretas. Ao ampliar a escuta e legitimar vozes historicamente silenciadas, rompe-se com a lógica excludente da modernidade colonial e fortalece-se uma ciência comprometida com a transformação social, capaz de dialogar de forma horizontal com a diversidade de mundos que compõem o planeta.

REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1989

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os saberes: por uma crítica epistemológica da modernidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 455-491.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental - temas em meio ambiente**. Duque de Caxias: Editora Unigranrio, 2000.

MIGNOLO, Walter D. Epistemologia do Sul: o ponto zero da razão. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2009. p. 405-456.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar; tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A descolonização do saber, do ser, do poder e do território**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: EDUSP, 2009.